

**“SEREMOS FORÇADOS A LUTAR CONTRA NOSSOS CAMARADAS BRANCOS”: O PCB,
A QUESTÃO NEGRA E A INTERNACIONAL COMUNISTA (1923-1929)**

**"NOS VEREMOS OBLIGADOS A LUCHAR CONTRA NUESTROS CAMARADAS
BLANCOS": EL PCB, LA CUESTIÓN NEGRA Y LA INTERNACIONAL COMUNISTA
(1923-1929)**

**“WE SHALL BE FORCED TO FIGHT AGAINST OUR WHITE COMRADES”: PCB, THE
BLACK QUESTION AND THE COMMUNIST INTERNATIONAL (1923-1929)**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49615>

Aruã Silva de Lima¹

Resumo: O propósito deste artigo é analisar a relação entre os comunistas brasileiros e a questão negra *vis-à-vis* o movimento comunista internacional, neste caso circunscrito à Internacional Comunista (Comintern). O escopo temporal deste artigo está situado entre 1923, ano da primeira provocação da Comintern ao Partido sobre a questão negra, e 1929, ano em que a Comintern conseguiu impor à direção do Partido Comunista do Brasil (PCB) sua posição a respeito da “problemática das raças”. O argumento central deste artigo é que muitos comunistas refletiram sobre a questão do racismo, na época chamada de “a questão negra”. Além de pensar, prescreviam políticas e formas de enfrentamento do racismo. Ainda, conclui-se que a direção do PCB, entre 1923-1929, barrou as inúmeras tentativas de promover um efetivo enfrentamento do racismo. A partir de 1929, a Comintern impôs modificações em todos os PCs alterando a política do PCB para a questão negra.

Palavras-chave: Questão Negra. Racismo. Partido Comunista do Brasil (PCB).

Resumen: El propósito de este artículo es analizar la relación entre los comunistas brasileños y la cuestión negra frente al movimiento comunista internacional, en este caso limitado a la Internacional Comunista (Comintern). El ámbito temporal de este artículo se sitúa entre 1923, año de la primera provocación de la Comintern al Partido sobre la cuestión negra, y 1929, año en que la Comintern logró imponer a la dirección del Partido Comunista de Brasil (PCB) su posición respecto a la "problemática de las razas". El argumento central de este artículo es que muchos comunistas reflexionaron sobre la cuestión del racismo, en su momento llamada "la cuestión negra". Además de pensar, prescribieron políticas y formas de enfrentarse al racismo. También podemos concluir que la dirección del PCB, entre 1923-1929, impidió los numerosos intentos de promover una confrontación efectiva del racismo. A partir de 1929, la Comintern impuso modificaciones a todos los PC, alterando la política del PCB sobre la cuestión negra.

Palabras clave: Cuestión negra. Racismo. Partido Comunista de Brasil (PCB).

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relationship between Brazilian communists and the Black question *vis-à-vis* the international communist movement, in this case limited to the Communist International (Comintern). The temporal scope of this article is situated between 1923, year of the first provocation of the Comintern to the Party on the Black question, and 1929, year in which the Comintern managed to impose on the leadership of the Communist Party of Brazil (PCB) its position on the "race problematic". The central argument of this article is that many communists reflected on the question of racism, at the time called "the black question". Beyond thinking, they prescribed policies and ways to confront racism. As a conclusion, it is possible to assert that the leadership of PCB, between 1923-1929, barred the numerous attempts to promote an effective confrontation of

racism. From 1929 on, the Comintern imposed changes in all the CPs, altering the PCB's policy towards the Black question.

Keywords: Black question. Racism. Communist Party of Brazil (PCB)

Entre comunistas, a criação de uma agenda antirracista foi permeada por hesitações ao longo dos anos 20 e 30 do século XX. Algumas dificuldades formais em conciliar a construção da revolução proletária com a luta por igualdade racial terminaram escamoteando posições que negavam a necessidade de uma agenda antirracista. Numa análise rápida na documentação produzida pelas direções dos Partidos Comunistas (PCs) é possível identificar a maneira por meio da qual quadros estabelecidos nas direções partidárias, seja na América Latina seja na Europa e Estados Unidos, repeliram sistematicamente os avanços por uma agenda antirracista e marxista. No Brasil, até 1928, a direção repelira todos os esforços da Internacional Comunista em incluir a chamada "questão negra" como parte constitutiva da atuação dos comunistas.

O propósito deste artigo é analisar a relação entre os comunistas brasileiros e a questão negra *vis-à-vis* o movimento comunista internacional, neste caso circunscrito à Internacional Comunista (Comintern). Para tanto, foram utilizados documentos de origens diversas: cruzamos informações produzidas pelas agências britânica e estadunidense de inteligência sobre a atuação de comunistas no Atlântico, por um lado. Por outro, documentos da Internacional Comunista foram cotejados com o material primário do Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse último caso, as trocas de comunicações entre a direção do PCB e os variados setores da Comintern a respeito da questão negra foram mapeados, com especial foco no material referente à Seção Negra do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) e ao Comitê Sindical Internacional dos Trabalhadores Negros da Internacional Sindical Vermelha.

Em 1923, no Rio de Janeiro, o comunista, Octávio Brandão, ainda fiel à sua maneira de pensar a questão negra desde os tempos de anarquismo, foi interpelado pela Internacional Comunista acerca da questão. Respondeu à carta prometendo “um relatório sobre os negros no Brasil” que ele próprio jamais enviaria. Mais importante: comunicou à Comintern não haver, no Brasil, uma questão negra (BRANDÃO, 1923), maneira por meio da qual os comunistas definiam em amplo espectro o racismo, segregação racial institucional e colonialismo.

Enquanto Brandão, autor de *Canais e Lagoas*, negava a existência de uma questão negra no Brasil, em São Paulo, Jaime de Aguiar e José Correia Leite fundariam *O Clarim da Alvorada*. Continuidor da tradição iniciada por *O Menelique*, de 1915, o então recém-fundado jornal aprofundaria os pleitos de setores negros paulistanos.

A posição de Brandão é sintoma de uma interpretação da sociedade brasileira. Sua posição foi uma entre tantas que ignorou o surgimento das “primeiras publicações da imprensa negra com uma abordagem predominantemente combativa” (FRANCISCO, 2010, p. 23) a partir da década de 1920. Brandão plasmou uma posição específica de certos círculos economicistas do socialismo assim como de

algumas influências intelectuais caras aos primeiros comunistas brasileiros, tais como Euclides da Cunha, Raimundo Nina Rodrigues e Tavares Bastos.

A omissão de Brandão ocorreu em paralelo ao desgarramento dos jornais negros da vida social da comunidade a partir de quando bailes, festas e o *football* dividiriam espaço com questões acerca do papel do negro na sociedade brasileira e no mundo. Reflexões sistemáticas sobre a temática racial passaram a ser publicadas em *O Clarim da Alvorada* em sua seção “Mundo Negro”, já que notícias do *Chicago Defender* eram ali replicadas. (FRANCISCO, 2010, p. 79-81)

Alguns componentes do *Clarim* tais como José Correia Leite e Jayme de Aguiar propuseram, em 1925, “a realização do Congresso da Mocidade dos Homens de Cor, com o objetivo de criar ‘um grande partido composto exclusivamente por homens de cor’”. (GOMES, 2005, p. 46) A ideia não vingou. No entanto, colocou em pauta a possibilidade de ocupar, enquanto negro, espaço de representação política no Estado.

Ainda em São Paulo, adveio o Centro Cívico Palmares, dedicado, primordialmente, ao processo educativo da população negra. Daí sucedeu a criação de uma biblioteca comunitária e de uma escola. Segundo Florestan Fernandes, o Centro Cívico viria a adquirir uma função política a partir de 1928 como reação à decisão do Governo do Estado de São Paulo de proibir negros de fazerem parte da Guarda Civil do estado. Teria sido em resposta à iniciativa do governo que o Centro Cívico encampou, em março de 1929, a realização do Congresso da Mocidade Negra, o qual culminou na fundação da Frente Negra Brasileira, em 1931. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 265-271)

A entrada em cena dos comunistas no campo de reflexão sobre questões relativas ao negro e seu papel na formação social brasileira não se deu de maneira sistemática e efetiva até meados de 1930. Provavelmente já sob influência pan-africanista, José Correia Leite, importante militante do movimento negro brasileiro, fundador e redator do “O Clarim da Alvorada”, diria o seguinte acerca das relações entre os espectros de esquerda e a questão negra:

A partir da Guerra de 14-18, começou a efervescência dos ismos (socialismo, comunismo). Frequentei reuniões da U.T.G. [União dos Trabalhadores Gráficos], onde se embaralhava a revolta do negro com reivindicações do proletariado. Nas nossas rodas de conversa apareciam negros e brancos envolvidos nas teorias marxistas. Estes diziam que a posição verdadeira do homem negro era lutar contra a ordem social, pois a culpada da situação era a exploração do regime capitalista. Falavam de um famoso pintor mexicano [Diego Rivera] que tinha feito um mural [“O homem controlador do universo”] onde aparecia Lenine no meio de dois trabalhadores: um branco e um negro, com as mãos entrelaçadas, tendo Lenine as mãos sobre eles. (FERNANDES, 2008, p. 23-4)

Ao remontar o *embaralhamento* da “revolta do negro com reivindicações do proletariado”, Leite posiciona a esquerda marxista no debate acerca da questão racial. Em sua memória, o marcador fundamental dos comunistas, no entanto, só aparece quando lembra da campanha internacional dirigida pelo Socorro Vermelho Internacional em relação ao caso *Scottsboro*.² O depoimento de Leite, de certo modo involuntário, estabelece uma certa cronologia da relação entre os comunistas brasileiros e a questão

negra no país. Num primeiro momento, os comunistas engajaram a questão negra por meio da resolução da *luta de classes*, num outro, identificaram um aspecto estritamente racial e o teriam atacado como tal. Esta narrativa corrobora o encadeamento das políticas “raciais” da Comintern.

A avaliação da Internacional Comunista sobre a atuação do PCB durante a década de 1920 colocava os comunistas brasileiros numa situação de pleno desconforto. Utilizando críticas relacionadas tanto à herança anarquista de parte significativa dos fundadores do PC quanto aos erros teóricos na aplicação das ferramentas analíticas para interpretação da realidade, a Comintern desferiu reiteradamente golpes no PCB até a depuração dos dirigentes fundadores iniciada em 1928. A partir de então, a “herança anarquista” deixaria, paulatinamente, o repertório crítico da Comintern em relação ao PCB. O aspecto racial, repetidamente omitido pelos dirigentes pecebistas, viria a constituir um dos elementos de dissonância entre a Comintern e sua seção brasileira.

Para isso contribuiu o fato de que o PCB, desde 1923, recebia pedidos de informações e convites para participar de debates sobre a questão negra, como exemplifica a já citada correspondência recebida por Octávio Brandão. Em 1925, a Krestintern, Internacional Camponesa, por meio de seu dirigente máximo, o polonês Dombal, se ocupou da tentativa de formar uma Seção Camponesa “para levantar a questão e conectá-la com as colônias africanas, particularmente com a África do Sul, Libéria, Angola, Quênia, Índias Ocidentais, Filipinas e Brasil”. (DOMBAL, 1925, p. 30) A iniciativa não avançou no Brasil.

Com a aceitação do PCB na Internacional Comunista, no V Mundial Congresso da Comintern, em julho de 1924, um programa de ação foi elaborado e enviado ao Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC) pelos delegados brasileiros. A versão do texto que foi analisada neste trabalho é uma espécie de errata, na qual os brasileiros retificam o documento com a supressão e inclusão de pontos. De acordo com os questionamentos elencados a seguir, pode-se inferir que se tratava, de fato, de um plano de estudo cujas perguntas direcionavam, precisamente, para as resoluções elaboradas no IV Congresso. O ano de 1924 foi decisivo para a entrada da questão negra como pauta dos comunistas, e as reverberações desse processo podem ter influenciado os brasileiros. Os comunistas brasileiros se propunham, então, a uma ampla miríade interpretativa da questão negra no Brasil ainda que mantivessem a posição de um ano antes. Merecem destaques dois conjuntos temáticos: “a escravidão da raça negra” e “a abolição da escravidão”. Entre as perguntas levantadas sobre o primeiro tema, os comunistas pretendiam entender os seguintes itens:

3. A escravidão da raça negra. (...) Causa da importação dos africanos. Seu nível intelectual e moral. Regime político-social em que viveu na África. Em quais trabalhos eles estiveram empregados, em qual carreira, em campos de criação de gado ou de exploração agrícola? Em qual escala se fizeram as importações? A proporção entre a população negra e as populações indígena e europeia. Regime de trabalho ao qual estiveram sujeitos os escravos. Meios disciplinares empregados. Transformação experimentada com a mudança do meio. Intervenção dos padres como fator de repressão dos escravos. O trabalho escravo na agricultura e nas indústrias. Em qual medida colaboraram o elemento escravo e o elemento técnico.

5. A abolição da escravidão. Quais são as causas que atribuímos à libertação dos escravos. Se consideramos as [sublevações] das massas reduzidas à escravidão. Como se efetua a transformação do trabalho escravo para o trabalho assalariado? As consequências na vida das indústrias e da agricultura. Se existiu deslocamento na composição demográfica. Sobrevivência da ordem econômica, moral e política do período da escravidão. Como se coloca a questão das raças no Brasil e de que maneira é possível fazer coincidir as reivindicações de classe com as de raça? (PCB, 1924, p. 4)

Após a morte de Lênin e o inesperado lapso temporal entre o IV e o V Congresso da Comintern, os comunistas brasileiros estiveram relativamente livres das pressões externas a respeito da questão racial, porque os planos provindos de Moscou e dos comunistas dos países imperialistas estacionaram e também pela já sabida posição dos brasileiros sobre a matéria. Assim, somente em 1928 uma iniciativa da Comintern e de suas organizações auxiliares tentaria fazer chegar ao Brasil uma discussão sobre a questão racial.

Em 1928, houve decisão da Comissão Negra da Krestintern que “camaradas do Brasil, América do Sul, Inglaterra, França e Estados Unidos deveriam fazer relatórios para essa comissão”. (Comissão Negra da Internacional Camponesa, 1928, p. 45) Em agosto de 1928, o delegado latino-americano enviou, possivelmente para essa comissão, um relatório de pouco mais de uma página. Nele, o delegado Cardenas afirmava, entre outras, que, exceção feita ao México, Argentina, Uruguai, Chile e Bolívia, os negros constituíam parte fundamental da população da América Latina. No Caribe e em países como Venezuela e Colômbia, apresentavam uma participação demográfica substantiva. Segundo ele, no Brasil, havia seis milhões de negros e mulatos. De acordo com Cardenas, não havia ódio racial na América Latina e a legislação garantia direitos iguais para negros e brancos. Dentre os problemas apontados no relatório, dois se destacavam: 1) apesar de sindicatos e partidos comunistas aceitarem livremente negros, eles eram poucos, o que poderia ser colocado na conta de uma propaganda política inadequada; e 2) os trabalhadores negros eram mais explorados que a maior parte dos trabalhadores brancos. Por esse segundo motivo, os negros constituíam uma força revolucionária de primeira classe e deveriam ser alvo de propaganda intensiva. (Comissão Negra da Internacional Camponesa, 1928, p. 108)

O PCB apresentou um relatório ao VI Congresso da Comintern praticamente em concomitância à diretiva da Comissão Negra da Internacional Camponesa, já que ambos os documentos foram escritos, despachados e analisados nos meses de julho e agosto de 1928. No relatório, o PCB não faz menção a qualquer questão racial no país salvo por dois momentos em que tangencia a questão ao se debruçar sobre a constituição populacional brasileira e ao discorrer sobre a história do Brasil. O relatório responde a inúmeras das perguntas levantadas em 1924, tais como perfil racial da população brasileira, interpretação a respeito da abolição, regimes de trabalho e salários. Relacionou os menores salários aos trabalhadores negros, avançou sobremaneira ao identificar precariedade adicional a qual estava submetida as massas trabalhadoras negras. Apesar disso, o PCB ainda manteve a opinião que defendia a inexistência de uma questão negra no Brasil. (PCB, 1928, p. 57-59)

Somente quatro anos depois, o PCB passaria a estabelecer vínculo direto entre a exploração econômica e o predomínio branco na composição racial dos extratos dominantes da sociedade brasileira.

Até lá os brasileiros demonstraram pouca profundidade no ataque às questões indígenas, por exemplo, e repetiram os chavões da época ao definir “tribos selvagens” como “pouco importantes” porque raras.

Ao remontar à história do Brasil e do processo da abolição, os comunistas iniciaram alguns movimentos de reflexão sobre os quais não conseguiram avançar. O primeiro deles diz respeito à questão da mudança do trabalho escravo ao assalariado. Uma das problemáticas levantadas foi a do trabalhador negro, agente do êxodo das fazendas quando liberto, que voltou ao mundo rural como assalariado: um questionamento de 1924 que não apresenta avanços substanciais. Em segundo lugar, a indagação do plano de estudos de 1924, o qual permitiria, se executado, aos comunistas entenderem as imbricações entre os conflitos raciais e de classe, que terminou esquecido no relatório apresentado ao VI Congresso quatro anos depois. Dessa forma, o PCB perdia, aos olhos dos cada vez mais influentes membros negros da Comintern e de seus dirigentes, uma oportunidade de avançar e apegar-se à ascendente palavra de ordem cominterniana.

O Bureau Negro, ligado ao Comitê Central da Internacional Comunista (CEIC) e ao Departamento Oriental, fizera menções ao Brasil em meados de 1928, fosse indiretamente,³ fosse incluindo o país no grande conglomerado diaspórico. Em julho de 1928 uma resolução baixada pela Internacional Sindical Vermelha (ISV), assinada por James Ford⁴, indicava a necessidade de criação de espaços específicos para vincular o trabalho sindical à questão negra numa clara alusão ao enfrentamento das questões do mundo do trabalho (da classe) com a raça, incluindo expressamente os negros brasileiros e diligenciando os PCs a estabelecerem “trabalho e tarefas especiais” entre trabalhadores negros urbanos e do campo. (FORD, 1928)

Portanto, não é possível considerar que havia desconhecimento da temática racial no Brasil por parte da Comintern. Até 1928, a Comintern foi muito paciente com os militantes comunistas do PCB, se limitando a solicitações de informações. Essas diretivas não foram suficientes para fazer o PCB agir no sentido de analisar os fenômenos raciais no Brasil, na América Latina, e associá-los aos conflitos nos quais o partido estava imerso. Moscou não conseguia se impor, neste ponto especificamente, ao PCB. Uma última evidência dessa resistência dos comunistas brasileiros em reconhecer a existência de uma questão negra situa-se em 1929, num escrito de Astrojildo Pereira.

Naquele ano, Pereira escreveu uma resenha do livro “Populações meridionais do Brasil”, de Oliveira Vianna. Sob o sugestivo título, “Sociologia ou apologética?”, ele argumentou que o intuito de Vianna era provar, a partir da ciência burguesa, que o Brasil não era palco das lutas de classes. Para o comunista, Vianna defendera que, salvo por “conflitos raríssimos”, não houve lutas de classes no Brasil. Ainda a partir da lente de Pereira, Vianna entenderia que, ao contrário da Europa, onde tal processo teria resultado em algo fecundo, no maior país tropical os conflitos desse tipo adquiriram outra natureza. Não resultaram e não resultariam em algo produtivo. (PEREIRA, 1979, p. 163-174)

Inescapáveis, o negro e o indígena terminaram cotejados, tanto por Vianna quanto pelo comunista, este em resposta àquele. Nos pontos em que Vianna sustentou obstáculos ao avanço da

civilização, seja sob a forma de “flechas ervadas dos índios”, “os mosquetes dos mamelucos” seja ao modo dos quilombolas, Astrojildo Pereira afirmou a existência das lutas de classes. Por vezes utilizando indistintamente “escravo” como sinônimo de negro, como em “Índios e escravos contra os Prados e Buenos...”, Pereira não se estendeu na temática racial. Terminou cravando Zumbi como “o nosso Spartacus”. Viu uma questão de classe em que negros e índios localizavam-se, juntos, em plano oposto aos proprietários, fossem estes a aristocracia rural fosse Sua Majestade Cristianíssima. Astrojildo Pereira evitara clivagens raciais para definir o que chamou de aristocracia rural e burguesia nascente. Estava forjado um retrato sociológico do país no qual as classes definiam-se em função de sua posição diante dos meios de produção – proprietários vs. despossuídos. (PEREIRA, 1979, p. 163-174)

Embora mais sofisticada que a simples negativa de Octávio Brandão à Comintern a respeito da existência de uma questão negra no Brasil, a crítica de Astrojildo Pereira ao livro de Oliveira Vianna evidenciava as dificuldades da direção pecebista com relação ao tema.

A omissão da direção do PCB em relação à questão racial passaria a ser objeto de investida da Comintern. Esta se deu, ainda no clima das resoluções do VI Congresso da Comintern, sob a tutela do Secretariado Latino-Americano. Realizou-se a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina em junho de 1929, em Buenos Aires, e lá foram pontilhados os contornos da política racial e nacional dos comunistas. (PCB, 1929, p. 1-2)

A partir de 1928 uma carga de pressão efetiva começou a ser praticada pela Comintern e suas organizações auxiliares junto ao PCB para que este realizasse uma imersão na questão negra, e isso não cessou até meados da década de 1930. O VI Congresso da Internacional Comunista, em 1928 (concomitantemente aos esforços de 1928 da Comintern em debater a questão negra), definiu os contornos da nova política da Comintern para praticamente todos os assuntos que lhe eram concernentes, inclusive o enfrentamento das questões racial e nacional. O PCB e a Comintern não poderiam, àquela altura, se comunicar em idiomas mais distintos.

O ponto alto, porém, da dissensão entre o PCB e a Internacional Comunista se deu quando do debate acerca da “questão brasileira”, em Moscou, em 1929, entre 22 de outubro e 5 de novembro. (KAREPOVS, 2001, p. 609-625) A querela sobre a questão racial e, especificamente, o tema do negro serão sintetizados a seguir.

O problema das raças no Brasil: os prismas do comunismo

A situação dos comunistas brasileiros em Moscou em 1929 já era tensa desde o início da discussão da chamada “Questão Brasileira” durante os intervalos do VI Congresso da Internacional Comunista. Havia muito o que debater: o III Congresso do PCB *vis-à-vis* o VI Congresso da Comintern, a I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e suas resoluções, a organização sindical, o Bloco Operário Camponês e o encerramento da tática de frente única cedendo lugar à “classe contra classe”. Havia um leque interminável de temas na pauta. A temática racial se imiscuiu entre uma ou outra

questão com um relevo, até então, inédito. Um dos protagonistas da pressão exercida pela Comintern em relação ao PCB foi Stoian Minev, sob o pseudônimo de Stepanov. (LAZIĆ; DRACHKOVITICH, 1986, p. 317) Ele foi responsável por algumas das críticas mais agudas à atuação do PCB. As interpelações de Minev durante a discussão sobre a “questão negra” colocaram toda a direção do PCB em xeque, não só porque o argumento explicitado pelo búlgaro era logicamente quase irrefutável, mas também porque o PCB acariciava uma tese defendida que era então refutada pela Comintern.

A discussão sobre a questão negra (incluída num debate mais amplo sobre a racial, na qual estavam também inseridos os indígenas) se deu num momento em que se examinava a questão brasileira a partir de uma análise das características essenciais que a revolução brasileira deveria assumir naquelas circunstâncias. As críticas gerais mais contundentes dos representantes da direção da Comintern ao PCB acusavam o partido de se abster, por desorganização e falta de trabalho, de dirigir o proletariado e o campesinato. Uma das consequências dessa avaliação geral era, precisamente, o abandono das populações negras do país à sua própria sorte. Nesse sentido, as objeções da Comintern em relação à omissão dos pecebistas concernentes à questão negra obedeceram ao padrão sob o qual Stepanov centrou sua argumentação.

Minev exigia flexibilidade e sensibilidade por parte dos comunistas brasileiros em perceber a diferença de tratamento destinado às populações negras tanto por parte do Estado quanto por parte do partido, mesmo quando, sob o aspecto material, brancos fossem tão miseráveis quanto negros. Minev também sugeria que os comunistas brasileiros estudavam pouco sua própria realidade ao recomendar que a leitura de viajantes burgueses evidenciava uma questão específica dos negros que deveria ser abordada pelos comunistas.

De acordo com as atas disponíveis, quem iniciou a crítica ao PCB sobre a temática negra foi o próprio Minev, a julgar pela ordem em que estão dispostas as falas. Aparentemente, também foi ele quem pôs a questão negra na pauta da revolução brasileira. No terceiro dia da reunião, ele perguntou e respondeu:

Quais são as perspectivas dessa revolução democrática pequeno-burguesa que deve se produzir? Em primeiro lugar, é uma revolução camponesa agrária [...]; revolução na qual se colocará a questão dos negros e das raças. (PCB, 1929a, p. 50)

Àquela mesma altura, Minev apontou a situação em que se encontrava o debate sobre raças no Brasil. De maneira irônica, reproduziu a forma por meio da qual a burguesia analisava os conflitos no Brasil e associou as resoluções do III Congresso do PCB à forma burguesa de refletir sobre a realidade brasileira.

Feito o lançamento da questão e considerando prováveis lacunas na documentação cominterniana, a questão negra só viria a ser objeto de registro novamente após três dias, a 27 de outubro de 1929. Depois de tecer comparações entre os brasileiros Astrojildo Pereira (Ledo) e Heitor Ferreira Lima (Sylva), já que ambos lhe negaram a existência de uma questão negra no Brasil, Minev criticou a

ambos. Disse-lhes que se satisfaziam com o terreno da democracia formal e apontou contradições na própria legislação, evidenciado o racismo institucional do país.

O estopim primordial da dissonância entre dirigentes pecebistas e cominternianos acerca da questão negra nascera de um evento até hoje obscuro: o conflito entre trabalhadores brasileiros e jamaicanos na chamada “Fordlândia”, no Pará. Os comunistas brasileiros defendiam não se tratar de uma questão racial entre negros e brancos e sim de um desencontro em razão das diferentes nacionalidades. Os membros dirigentes da Comintern, conquanto não se permitissem a uma avaliação rigorosa sobre a matéria, avalizavam a tese de que havia algum componente racial que o PCB negligenciara, como fazia com relação a todo o país.

Minev continuaria esmiuçando sua crítica para evidenciar as lacunas analíticas do PCB quanto aos componentes étnicos e raciais que atuavam na composição da classe trabalhadora, os quais passavam ao largo de qualquer avaliação da Seção Brasileira da Comintern. O búlgaro devasta a tese dos comunistas brasileiros e indaga porque o PCB lutava por direitos de trabalhadores imigrantes europeus no Brasil e não pelos companheiros e trabalhadores negros. (PCB, 1929b, p. 10-12)

Minev reconstruiu parte da discussão já feita na União Soviética e, naquele período, em curso nos Estados Unidos, a saber, a questão das nacionalidades e das etnias, advindas dos processos migratórios. Para ele, o PCB subestimava os aspectos ligados à construção de comunidades, federações de idiomas, baseadas em traços comuns de origem nacional e étnica. Refletir sobre essa sociedade plural, com múltiplas nacionalidades, era uma necessidade, principalmente em cidades portuárias como Santos, que requeria sensibilidade por parte do partido. Minev se mostrou especialmente contrariado com relação ao rigor pecebista na defesa dos direitos formais como suposta prova de que não havia uma questão negra no país.

Um outro importante protagonista crítico das formulações (ou da ausência delas) do PCB foi Guralsky⁵. Ao contrário das reflexões na Conferência dos Partidos Latino-Americanos, quando se definiu que havia uma questão étnica que separava índios e negros (os índios faziam parte de múltiplas nacionalidades ao passo que o mesmo não acontecia com os negros), Guralsky defendeu uma separação entre problemas nacionais e raciais. Questões diferentes, mas, para ele, a raça era tão importante na América Latina quanto a questão nacional fora na União Soviética. O ponto de intersecção entre os dois aspectos era, precisamente, o campesinato, o qual se achava, a seu ver, fora do debate em razão das debilidades organizativas e, principalmente, teóricas do PCB.

GURALSKY [...] Eu não digo nada sobre a questão sindical. Eu quero falar sobre a questão das raças. A questão das raças tem um papel tão grande na América Latina quanto a questão nacional teve conosco sob o czarismo. É uma falha tão formidável quanto grande não existir ligação com o campesinato. Eu estou surpreso que Ledo e Sylva falem assim da questão das raças. Eu devo dizer francamente que conforme as estatísticas da grande Enciclopédia soviética, que é um trabalho sério, está dito que há 9% de negros. Você não escreveu esse artigo, mas se você tivesse escrito seria um erro três vezes maior, porque está escrito que há 9% de negros. (PCB, 1929b, p. 34-35)

A discussão levaria, novamente, à questão das concessões a Henry Ford, no Pará, e Guralsky permaneceria na mesma posição de Minev a respeito da questão negra. Para Guralsky, o PCB havia negligenciado o trabalho político entre negros no país, o que foi objetado por Astrojildo Pereira, já que para este – insistia – não havia uma questão racial no país. Pereira afirmava desejar uma discussão sobre a “questão de raça”, como veremos, somente para defender a inexistência de uma agenda comunista para a questão. A dissonância deslizava por sobre dois níveis superpostos: 1) as características raciais da sociedade brasileira; 2) a natureza do conflito na Fordlândia:

Então não esqueça que a política de Ford é de aumentar a quantidade de negros, que ele transporta todo o tempo por suas concessões.

Evidentemente que vocês têm um problema formidável e eu não quero dizer aqui que é apenas ao Partido Comunista Brasileiro a quem cabe a responsabilidade. Nós discutimos contra vocês, porque são vocês que têm mostrado essa tendência.

LEDO: Ford importou negros nessas concessões para se livrar dos trabalhadores que trabalhavam diante dele. Mas eu estou certo que entre esses trabalhadores brasileiros a maioria era de negros e desse modo houve luta de negros brasileiros contra os negros da Jamaica e isso não é uma questão de negros contra brancos.

GURALSKY: Eu penso que o partido comunista é de fato responsável. Eu não entendo o seguinte: mesmo a questão que você coloca da luta entre diferentes tribos negras é o problema de raças que deve ser examinado pelo partido.

LEDO: É por isso que eu digo que precisamos falar sobre uma questão de raça.

Guralsky terminou sua crítica prescrevendo uma política efetiva para os comunistas: era fundamental a eles forjar palavras de ordem que visassem unificar as questões do cotidiano do trabalho entre os diferentes grupos linguísticos (brasileiros e jamaicanos no Pará, por exemplo). Curiosamente, Guralsky utilizava-se de um dos elementos constitutivos da nação – de acordo com o manual produzido por Stalin a respeito da temática – visivelmente acoplando a discussão racial à questão nacional que ele próprio separara anteriormente. No plano prático, era imprescindível, por parte do partido, elevar a importância do tratamento da questão por parte dos negros componentes do comitê central e de todo o partido em geral. Para Guralsky, essa era uma das questões mais relevantes da luta revolucionária:

GURALSKY: Quando Ledo diz que os negros lutam entre si, está evidente que o partido deve fazer seu possível por um trabalho por palavras de ordem, pelos grupos de idiomas, pelos camaradas negros nos comitês centrais, nas regiões do partido, pelo envio de camaradas para ajudar nessas lutas. Está claro que a questão não está resolvida, que nós devemos examinar a questão das raças em geral e é preciso examinar a questão das raças em geral (sic) e é preciso trazer as palavras de ordem da Comintern no sentido das massas oprimidas, está claro que seremos forçados a lutar numa certa medida contra nossos camaradas brancos que não compreenderão durante um certo tempo nossas palavras de ordem, que não terão compreendido imediatamente os problemas nacionais e de raça. Eu acho que esses problemas devem ser sublinhados quando se fala do partido brasileiro e de todos os partidos comunistas da América Latina, como uma questão das mais importantes na luta revolucionária. (PCB, 1929b, p. 35-36)

Ainda no dia 27 de outubro, Heitor Ferreira Lima (Sylva) responderia às interpelações dos dirigentes da Comintern. No plano argumentativo, agarrara-se ao exemplo dado pelo conflito na

Fordlândia para reafirmar que aquela circunstância não explicaria o Brasil, por ser extemporânea. Tratava-se, no seu dizer, de uma circunstância específica. Não constituía exemplo do que ocorria no cotidiano do mundo do trabalho no restante do país. Ao mesmo tempo que concedeu uma autocritica ao confirmar a debilidade teórica do partido, ele responsabilizou a Comintern por não apoiar efetivamente a criação de uma revista teórica do Partido, que seria uma catapulta à formação teórica dos militantes. (PCB, 1929b, p. 64-65)

Acompanhando a argumentação do companheiro de partido, Astrojildo Pereira reiterou, tal qual já havia feito em réplicas a Guralsky, que o exemplo da Fordlândia não podia ser utilizado para provar a existência de uma questão racial no Brasil. Para Pereira, o conflito se deu em função de acordos salariais não cumpridos pelo patronato. O resultado foi um enfrentamento entre trabalhadores já instalados e outros que acabavam de chegar no lugar. Pereira chegaria a ponto de reiterar o argumento de Octávio Brandão de 1923 ao afirmar que não conhecia antagonismos entre trabalhadores brancos e negros no Brasil, sugerindo que, ao contrário, os conflitos que existiam se davam entre trabalhadores negros, utilizando-se do exemplo da Fordlândia. Insinuou que Henry Ford trouxera trabalhadores jamaicanos para o Pará de modo a criar cizânia entre trabalhadores negros, dificultando a unidade de classe.⁶

Um outro protagonista da maior relevância para o debate foi Jules Humbert-Droz, (HUMBERT-DROZ, 1971, p. 391) dirigente do Secretariado Latino-Americano. Ele estivera na Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina e dirigiu o debate sobre raças. No dia 5 de novembro de 1929, argumentou que o grande avanço do PCB era compreender que a questão negra não se passava no Brasil como nos Estados Unidos. Humbert-Droz lembrou aos companheiros brasileiros que havia uma separação entre a discussão sobre raça e a questão da cor. Para ele existia um problema social no que tange aos indígenas na América Latina e não uma questão de cor. No Brasil, até 1888 os negros eram “os escravos e os brancos eram os proprietários de escravos. Isso prova que havia uma luta entre negros e brancos, luta social certa, mas complicada por uma questão de raça”. (PCB, 1929c, p. 12) Tomando como base os dados de Astrojildo Pereira, Humbert-Droz salientou as diferentes proporções de negros e brancos que formavam o oficialato das Forças Armadas Brasileiras: enquanto os negros compunham a maioria esmagadora das baixas patentes, os brancos eram maioria dentre oficiais:

Um outro camarada brasileiro nos disse ter trabalhado nas fábricas com mais contramestres negros em geral, os patrões eram brancos, que isso significa? Isso significa que o problema das raças não se coloca como problema de cor, mas que existe como uma questão de classe. (PCB, 1929c, p. 13)

Humbert-Droz também apresentou a razão pela qual o Secretariado se apresentara cético quanto à tese de que não havia uma questão negra no Brasil, salientando que negativas a respeito de questões raciais já haviam sido objeto de crítica pela Comintern, a exemplo de Cuba:

Por que ficamos desconfiados quando os camaradas do Brasil nos dizem que em geral não há um problema de raça? Porque nós temos o exemplo de Cuba. Os camaradas de

Cuba nos disseram que não havia problema de raça e então soubemos que os negros não podiam entrar em certos parques nem em certos restaurantes da cidade, nem ter certas funções, por exemplo, controlador dos bondes; em seguida o camarada de Cuba nos coloca o grave problema da Juventude Comunista, os brancos não queriam dançar com as negras e eles nos demandavam sobre o que fazer; é já uma questão de cor que se coloca e isso mostra que os camaradas de Cuba não tinham visto que a Constituição cubana que coloca os negros e brancos no mesmo pé possui a questão de raça. (PCB, 1929c, p. 13)

Quanto à Fordlândia, Humbert-Droz assumiu a falta de informações que a Comintern tinha sobre o assunto. Remontou que sua única fonte dizia que “nos disseram num telegrama que os brancos fizeram greve contra os negros”. Concordou com Guralsky ao dizer que, tendo acontecido conflito entre negros e brancos ou entre negros e negros, o problema racial estava posto. Segundo ele, havia ocorrido o mesmo em Cuba e nas Antilhas quando indígenas foram desalojados de seus postos cedendo lugar a trabalhadores negros. O comunista suíço pintou um quadro em que a questão racial se descortinava “sob uma forma nova, ligada à política das grandes companhias yankees para dividir o proletariado”. E acrescentou que “não é porque os trabalhadores são uma raça diferente, mas porque os imperialistas empregam os trabalhadores de uma raça para remover o trabalho ou diminuir o salário daqueles de uma outra raça”. Por fim, sugeriu os caminhos que os comunistas brasileiros deveriam adotar para enfrentar a questão:

Nós não demandamos que o partido comunista do Brasil considere a questão dos negros como o partido dos Estados Unidos; isso seria estúpido, este não é um problema como em Cuba; devemos tomar esta questão como um problema brasileiro, ver qual é sua profundidade, suas características e procurar a política que o Partido deve aplicar a esse respeito. (PCB, 1929c, p. 13-14)

No mesmo dia 5, e não se sabe se antes ou depois da exposição de Jules Humbert-Droz, Guralsky voltou à carga com a discussão sobre raças. Para ele, estava claro que a importância da questão das raças na América Latina era de tamanha monta que se tornava incontornável para “fazer uma revolução e guiar essa revolução”. Como Guralsky via a questão das raças análoga à das nacionalidades na União Soviética, ele entendia que os comunistas deveriam construir pontes de confiança entre trabalhadores urbanos e camponeses das diferentes raças, tal qual se fizera entre as diferentes nacionalidades na URSS. Para Guralsky, a fragmentação racial obedecia aos desígnios do imperialismo e da burguesia. Tal pulverização consolidaria uma imagem em que todos os brancos partilhavam da verve exploradora, desse modo, obscurecendo o papel do proletariado branco na luta contra os opressores. Para ele, era também necessário compreender as diferenças entre o Brasil e os demais países da América sem que isso significasse subestimar a importância da matéria no enfrentamento político ao fascismo e às iniciativas da burguesia em dividir a classe:

A questão das raças. Os camaradas do Brasil não compreendem a questão das raças, e a questão ainda é séria; 1) na América Latina a questão das raças tem um papel tal que nós não podemos fazer uma revolução e guiar a revolução sem dar uma resposta clara e evidente a essa questão. Há uma série de países onde os índios por exemplo são a maioria da população. Qual é a questão das raças na América Latina? A questão das raças como a questão das nacionalidades é entre nós a princípio a questão da confiança

revolucionária para com o proletariado branco, o proletariado da raça dirigente e das largas massas de trabalhadores agrícolas e o campesinato de uma outra raça oprimida; a questão da confiança entre o proletariado branco que deve guiar a luta e as largas massas camponesas negras, amarelas, etc... É o problema de uma aliança revolucionária entre o proletariado e o campesinato na luta. Nós devemos demonstrar que nem todos os brancos são opressores, que o proletariado na luta contra a burguesia e os opressores de todas as raças pretendem resolver ao fim o problema das raças. Até agora nós ainda não demos uma resposta nítida e clara. Eu já disse que é preciso dar na América Latina nossa palavra de ordem de livre disposição dos índios.

(...) A burguesia começou e vai conduzir a organização de batalhas entre os diferentes grupos, raças, nacionalidades, entre as tribos de diferentes raças e entre os brancos e diferentes raças, é inevitável; é o seu meio político de decompor o proletariado, de ter o campesinato sob influência do imperialismo, de pôr o campesinato contra o proletariado é seu meio de combater a revolução, de apoiar o fascismo, porque a luta do fascismo será sustentada especialmente por essas lutas de raças, e é muito estranho que os camaradas busquem subestimar essa questão. Se essas lutas existem, é preciso dizer que houve divergências, utilizadas pelo imperialismo e não tem havido contra ele um trabalho suficiente da parte de nosso partido para resolver a questão. (PCB, 1929c, p. 34)

Por fim, sobre a questão da Fordlândia, Guralisky reiterou como a omissão do PCB em relação ao caso gerara mais desconfiança entre os diferentes grupos raciais do proletariado. Mais especificamente, defendeu que essa omissão fez com que o PCB tivesse perdido uma oportunidade de exibir, aos trabalhadores negros, companheiros brancos lutando em prol de causas Negras: “É uma revolução verdadeira quando os negros veem os proletários brancos serem seus amigos. (PCB, 1929c, p. 27-28)

Ricardo Martinez, militante venezuelano da Comintern (CABALLERO, 1986, p. 30 e p. 132) também interpelou a direção do PCB. A linha argumentativa enveredou para o mesmo sentido. A novidade agora restava na origem latino-americana da crítica. Partindo das respostas dos dirigentes brasileiros, as quais tentavam demonstrar que o Brasil não se parecia com outras formações sociais como, por exemplo, os Estados Unidos, Martinez sugeriu que, não obstante as diferenças prováveis, isto não seria o bastante para negar à sociedade brasileira a existência de uma questão negra:

a atitude dos camaradas no Brasil deve ser totalmente diferente, ou seja pelo menos reconhecer a necessidade dessa questão [racial]. Está claro que as características da questão negra no Brasil ou em qualquer outro país da América Latina não são as mesmas dos Estados Unidos (...). (PCB, 1929c, p. 34)

Por fim, Astrojildo Pereira, nos estertores do debate, se defendeu argumentando ter havido uma apreciação equivocada da questão negra no Brasil. Para ele, a discussão se deu a partir dos parâmetros provenientes dos Estados Unidos, mesmo argumento utilizado por Heitor Ferreira Lima em suas memórias. (LIMA, 1982, p. 106) Esse olhar enviesado não teria privilegiado o fato de que no Brasil havia negros no partido e que, quando o PCB decidia por este ou aquele dirigente, a cor da pele não influenciava na avaliação:

A questão dos negros no Brasil foi vista através dos Estados Unidos. Como nos Estados Unidos houve e há lutas ferozes entre os negros e os brancos enquanto tais; como essas lutas se refletem mais ou menos nos sindicatos e mesmo no Partido, se crê que no Brasil a mesma coisa se produz, se crê que no movimento trabalhista do Brasil

existe também uma luta entre os trabalhadores negros e os trabalhadores brancos. Tudo isto é falso. Eu já respondi que no partido não somente há muitos negros mas há no C.C., e se no C.C. do partido há negros, não é porque nós procuramos colocar negros como negros, mas enquanto militantes comunistas ativos. A cor da pele dos comunistas é uma questão que o Congresso do Partido não examinou quando escolheu nosso C.C.

(...) Nas Usinas, nas fábricas, por todo lugar há indiferentemente trabalhadores negros e trabalhadores brancos que fazem o mesmo trabalho, recebem os mesmos salários, têm as mesmas condições de trabalho. Também nas plantações, brancos e negros se acham sob as mesmas condições econômicas e sociais. É certo, sem dúvida, que no exército e na marinha, por exemplo, há muitos negros e mestiços, os negros são muito raros entre os oficiais, que são quase todos brancos ou mestiços suficientemente... claros.

Que há tradições de luta de escravos negros no Brasil, é também certo. [...] Evidentemente, se há essa tradição de luta, é porque há antagonismo entre negros e brancos. Mas ao mesmo tempo, eu digo que hoje, no Brasil, não existe uma questão específica dos negros (...). Uma prova disso é que não há tal luta entre brancos e negros no movimento trabalhista. (PCB, 1929c, p. 44-46)

As longas citações tiveram como propósito apresentar os elementos que fundamentaram as posições tomadas no debate, já que tais fontes ainda não tinham sido apresentadas ao público brasileiro tendo como foco o debate racial. Este evento, a discussão sobre a questão brasileira, não teve um fim em si próprio. Conquanto a resolução dessa discussão tenha atingido o PCB e seus militantes, seus antecedentes e desdobramentos caminharam *pari passu* aos eventos que remodelaram a estrutura da Comintern, de suas seções e organizações auxiliares e da União Soviética.

Na prática, o debate sobre raças entre os comunistas em todo o mundo foi influenciado também por disputas internas em torno do controle da máquina política daquele que era o único Estado socialista do planeta. Em razão disso, a análise da questão racial não pode obscurecer um aspecto essencial que esteve onipresente na contenda apresentada: o recrudescimento da burocracia stalinista e a supressão de seus opositores, neste caso, a paulatina liquidação da influência bukharinista nas formulações e direção da Comintern.

Entre 1928-9,

Stalin, então, estava subjogando os bolcheviques de direita. Nenhum conceito político ou *slogan* cunhado por Bukharin, Tomski ou Rikov ficaram livres de condenação. Todas as questões em jogo eram russas: a NEP, a industrialização, a coletivização etc. Mas a enérgica “virada para a esquerda” no partido russo se transmitiu automaticamente para a Komintern, até então dirigido por Bukharin. Alguns comunistas estrangeiros tenderam a tomar o partido de Bukharin e, assim, Stalin não pôde deixar de levar a luta contra ele até a Internacional. (DEUTSCHER, 2006, p. 426)

O Brasil e a América Latina, partes periféricas da Comintern e do arranjo do movimento comunista internacional, não apresentavam, em suas hostes, a definição que as lutas fratricidas adquiriram em países centrais para os comunistas, tais como os Estados Unidos, a Alemanha e a própria União Soviética. Não havia, no PCB, frações zinovievistas e bukharinistas contrapostas ao poder ascendente do grupo stalinista. Ou ao menos de maneira análoga aos desdobramentos na Alemanha e Estados Unidos. Direita e esquerda comunistas, tal qual aplicadas ao cenário soviético e europeu, não ajudam a explicar a natureza dos conflitos internos do PCB. Essas disputas russo-europeias não foram transplantadas

automaticamente para o Brasil e para a América Latina. Estava em jogo a capacidade de interferência que esses diferentes círculos tinham nos partidos ao redor do globo.

Em princípio, as investidas de Guralsky também obedeciam ao objetivo da desestabilização da direção de Jules Humbert-Droz do Secretariado Latino-Americano, o que significava, na prática, a diluição das influências do grupo remanescente ligado a Nikolai Bukharin, então recém-expulso do *politburo*. Uma das formas de minar a influência foi, inicialmente, prefigurar uma ascendência de poder, por parte de Guralsky face a Jules Humbert-Droz, e, em seguida, liquidar o Secretariado, transformando-o no Bureau Sul-Americano.⁷

Heitor Ferreira Lima lembrou, em suas memórias, da intervenção de Guralsky como virulenta e áspera. Ferreira Lima cita a filiação de zinovievista de Guralsky, (BROUE, 2004, p. 972; FOWKES, 2014, p. 74; HALLAS, 2004) o que lhe rendera um ostracismo por ter se contraposto a Stalin na disputa interna do PC Soviético. Jules Humbert-Droz, por seu turno, era bukharinista. (LIMA, 1982, p. 104)

Em abril de 1929, a queda de Bukharin da Comintern precipitou o domínio da burocracia stalinista. Sob o comando efetivo do grupo apoiador de Josef Stalin, a intervenção da Comintern no debate sobre a questão racial no Brasil suprimiu parte substantiva do trabalho realizado durante a Conferência três meses antes do encontro sobre a questão brasileira em Moscou. Na I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, os comunistas latino-americanos haviam, na prática, objetado a discussão em termos raciais e nacionais. Humbert-Droz havia levado o debate a uma resolução anódina. Os contornos do debate três meses depois se alteraram, e a discussão da questão brasileira foi um aperitivo do nível de centralização almejada pela nova estrutura dirigente da Comintern. Ironicamente, a questão negra passaria a ter protagonismo no PCB no momento de maior obscurantismo e fechamento da Internacional Comunista.

Referências:

ALBUQUERQUE, Wlamyra R.; FRAGA FILHO, Walter. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRANDÃO, Octávio. Moscou: RGASPI, F. 495, op. 029, d. 011, 1923.

BROUÉ, Pierre. **The German Revolution, 1917-1923**. Leiden: Brill Academic Publishers, 2004.

CHADAREVIAN, Pedro. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922- 1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

COMINTERN. Washington: Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. European Reading Room Archives. INCOMKA FILES. F. 496, op. 155, d. 18, 1928.

COMINTERN. Washington: Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos. European Reading Room Archives. INCOMKA FILES. F. 495, op. 155, d. 59, 1928a.

Comissão Negra da Internacional Camponesa, 1928, RGASPI, F. 495, op. 155, d. 56, fol. 45.

DEUTSCHER, Isaac. **Stalin: uma biografia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DOMBAL, Tomas. Moscou: RGASPI, F. 495, op. 155, d. 32, 1925.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008. v. 2.

FORD, James. RGASPI, F. 495, op. 155, d. 53, fol. 2, 21 ago. 1928.

FOWKES, Ben. (Trad.). **The German Left and the Weimar Republic: A Selection of Documents**. Leiden: Brill Academic Publishers, 2014

FOWKES, Ben. (Trad.). **The German Left and the Weimar Republic: A Selection of Documents**. Leiden: Brill Academic Publishers, 2014.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **Fronteiras em definição: identidades negras e imagens dos Estados Unidos e da África no jornal *O Clarim da Alvorada* (1924-1932)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GOMES, Flávio. **Negro e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

HALLAS, Duncan. The Comintern: 3. The Ebb. **Marxists Internet Archive**. 4 nov. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/hallas/works/1985/comintern/ch3.htm>>. Acesso em: 23 set. 2014.

HALLAS, Duncan. The Comintern: 3. The Ebb. **Marxists Internet Archive**. 4 nov. 2004. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/hallas/works/1985/comintern/ch3.htm>>. Acesso em: 23 set. 2014.

HUMBERT-DROZ, Jules. **De Lenine a Staline: dix ans au service d'Internationale Communiste (1921-1931)**. Neuchatel: Baconniere, 1971.

KAREPOVS, Dainis. **A esquerda e o parlamento no Brasil: o Bloco Operário e Camponês (1924-1930)**. 2001. Tese (Doutorado em História Social)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAZIĆ, Branko M.; DRACHKOVITCH, Milorad M. **Biographical dictionary of the Comintern**. ed. rev. Stanford: Hoover Institution Press, 1986.

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 029, d. 014, 1924.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 029, d. 027, 1928.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 029, d. 035, 1929.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 079, d. 056, 1929a.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 079, d. 057, 1929b.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 079, d. 058, 1929c.

PCB. Moscou: RGASPI. F. 495, op. 079, d. 55, 1929d.

PEREIRA, Astrojildo. Sociologia ou apologética? In: _____. **Ensaio histórico e político**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

Notas

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, Professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7366450114058190>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3083-9873>. E-mail: arualima@gmail.com.

² Caso que gerou grande comoção internacional em razão de nove jovens negros terem sido injustamente acusados por estupro contra duas mulheres brancas. O fato se deu em março de 1931, em Scottsboro, Alabama, e evidenciou, mais uma vez, o racismo institucional que vigia na justiça dos Estados Unidos. Se transformou numa das maiores campanhas internacionais em favor dos jovens. Virou filme em “Judge Horton and the Scottsboro Boys” (1976), “Scottsboro: an American tragedy” (2000) e “Heavens Fall” (2010).

³ Em transcrição de notícia veiculada no jornal “Manchester Guardian” sobre o III Congresso Pan-Africano realizado em Lisboa, em 1923, aparece menção ao Brasil e América Central. (COMINTERN, 1928, p 2) Os informes sobre o III Congresso foram retomados cinco anos depois, em agosto de 1928, em documento intitulado “Negro organizations in the United States”. (COMINTERN, 1928a, p 153)

⁴ Importante membro do Partido Comunista dos Estados Unidos, foi candidato a vice-presidente pelo partido em 1932, 1936 e 1940. Ajudou a construir organismos de combate ao racismo, colonialismo e imperialismo no âmbito da Comintern e Internacional Sindical Vermelha.

⁵ Guralsky substituiu o bucharinista Humbert-Droz na direção do Secretariado Latino-Americano e depois dirigiu o *Bureau* Sul-Americano. (LAZIĆ; DRACHKOVITCH, 1986, p. 159-160)

⁶ Pereira também reiterou a dificuldade de os militantes irem até a Amazônia, uma região distante de onde o partido possuía seus melhores quadros. (PCB, 1929d, pp 36-37)

⁷ A vigência do Secretariado Latino-Americano passou a estar em xeque. Tradicionalmente os “Secretariados” gozavam de relativa autonomia interpretativa e de elaboração ao contrário dos *bureaux*, que eram formalmente vinculados a um organismo superior hierarquicamente.

Recebido em: 02 de jun. 2022

Aprovado em: 05 de set. 2022